

Lição 4

Sobre a extensão do campo, a situação da cidade, o comércio e a turba náutica.

“ **953.** De modo semelhante, também as coisas que dizem respeito à região. Quanto ao fato de que ela deve ser de certa qualidade, é patente que todo aquele que a louvar a louvará como sumamente autossuficiente por si: e é necessário que tal seja aquela que produz todas as coisas; pois o autárquico é que todas as coisas existam e não carecer de nada.

954. Quanto à multidão e à grandeza, apenas tanto que os habitantes possam viver ociosos, livre e ao mesmo tempo temperadamente. Se dizemos bem ou não bem este termo, deve-se considerar mais diligentemente depois, quando, ao tratar totalmente da posse e da abundância que diz respeito aos bens, ocorrer fazer menção de como é preciso possuí-los e de que modo usá-los: pois há muitas dúvidas acerca desta consideração, por causa dos que arrastam para um e outro excesso de vida, estes para a avareza, aqueles para as delícias.

955. Quanto à espécie da região, não é difícil dizer: é preciso, porém, deixar-se persuadir em certas coisas também por aqueles que são experientes acerca do comando do exército: porque é preciso, na verdade, que seja de difícil acesso aos adversários, mas de fácil saída para os próprios. Além disso, assim como dissemos que a multidão de homens deve ser facilmente abarcável com a vista, assim também a região; ora, aquilo que é facilmente abarcável com a vista é a região ser facilmente auxiliável.

956. Quanto à potência da cidade, se é preciso fazê-la segundo o desejo, convém que seja bem situada em relação ao mar e à região. Uma, na verdade, é o termo que foi dito: pois é preciso que estejam presentes os socorros de todos os lugares. A outra é para o transporte dos frutos que nascem; e ainda o daquilo que diz respeito à madeira; e também, se a região dispuser de alguma outra operação tal, que seja facilmente transportável.

957. Quanto à comunicação com o mar, se é proveitosa ou nociva às cidades bem regidas por leis, há muitos que hesitam.

958. Pois dizem que chegarem alguns criados sob outras leis é desconveniente à boa legislação, e que uma multidão de homens venha a formar-se a partir do uso do mar, enviando e recebendo uma multidão de negociantes, e que isto é contrário a governar bem.

959. Portanto, que, se isto não acontecer, é melhor, tanto para a segurança quanto para a abundância das coisas necessárias, que a cidade e a região participem do mar, não é pouco manifesto.

960. Pois, para suportar mais facilmente os adversários, sendo facilmente auxiliáveis, é preciso que possam ser salvos por ambos, tanto por terra quanto por mar, e, para prejudicar os invasores, se não for possível por ambos, contudo, se puderem mais por um dos dois, participará de ambos. E, quanto às coisas que não existirem junto a eles, recebê-las e enviar o supérfluo das que nascem é próprio das coisas necessárias.

961. É preciso que a cidade seja negociante para si, mas não para outrem. Ora, aqueles que se oferecem a todos como mercado fazem isto por causa da aquisição. Ora, aquela cidade que não deve participar de tal aquisição tampouco deve ter tal caráter de negociante.

962. Ora, porque também agora vemos que em muitas regiões e cidades existem subúrbios e portos bem situados em relação à cidade, de modo que nem o próprio município seja ocupado, nem esteja muito longe, mas se proteja da melhor forma com muros e outros tais reforços, é manifesto que, se algum bem acontecer ocorrer por causa da comunicação deles, este bem existirá para a cidade; se, porém, algo nocivo, é fácil precaver-se por leis, dizendo e determinando quais não se devem e quais se devem misturar entre si.

963. Quanto à potência náutica, que seja oportuno existir até certa multidão, não é pouco manifesto: pois é preciso não apenas que sejam temíveis a si mesmos e a alguns dos vizinhos, mas também que possam auxiliá-los, assim tanto por terra quanto por mar.

964. Ora, quanto à multidão e à grandeza desta potência, deve-se olhar para a vida da cidade. Pois, se ela viver uma vida de comando e política, é necessário que também esta potência exista comensurada às ações.

965. Ora, não é necessário que a multidão de homens que diz respeito à turba náutica exista nas cidades. Pois tampouco é preciso que eles sejam parte da cidade: pois o que é superior, livre e da infantaria é o que domina e detém o comando da navegação.

966. Ora, havendo uma multidão de servos nascidos na casa e da região, é necessário que haja uma abundância de agricultores e de marinheiros. Ora, vemos que também agora isto existe em algumas, como na cidade dos Heracleotas: pois enche muitas trirremes, sendo a cidade edificada com grandeza mais reduzida do que outras.

967. *Portanto, acerca da região e dos portos e das cidades, e do mar, e da potência náutica, fique determinado deste modo. Ora, acerca da multidão civil, qual termo deve existir, dissemos antes.*

Depois que o Filósofo investigou acerca daquilo que se deve pressupor da parte da grandeza da cidade civil, investiga agora acerca daquilo que se deve pressupor da parte da região adjacente. E quanto a isto, primeiro faz o que foi dito. Em segundo lugar, quando diz, portanto, acerca da região etc., recapitula o que foi determinado. Ora, a região é buscada enquanto é útil para bem viver civilmente. Ora, para isto é preciso que ela seja de tal quantidade, de tal qualidade e bem situada. E segundo isto esta parte divide-se em duas partes. Pois primeiro declara qual e quão grande é preciso que ela seja. Em segundo lugar, determina acerca da sua situação, quando diz, mas a espécie etc. Quanto ao primeiro, primeiro mostra qual é preciso que ela seja. Em segundo lugar, quando diz, mas quanto à multidão e à grandeza etc., quão grande segundo a quantidade. Na primeira parte deve-se entender que, como toda região é buscada por causa dos cidadãos ou do uso deles, é preciso que ela seja proporcionada aos cidadãos, e que a sua disposição se busque segundo o que convém ao uso deles. E por isso diz que aquilo que pertence à região se comporta proporcionalmente às coisas que foram ditas acerca da grandeza da cidade quanto aos cidadãos. Pois qual é preciso que ela seja, é manifesto: por si suficiente ao uso dos habitantes. Pois qualquer um louva a região que é suficiente para todas aquelas coisas que são necessárias para bem viver. Ora, tal é preciso que seja fértil e produza todas as coisas de que se sustenta a natureza humana quanto à bebida e ao alimento e quanto ao impedimento da intemperança incontinente. Pois dizemos por si suficiente aquilo que tem todas as coisas e não carece de nada. É preciso, portanto, que tal região seja segundo a qualidade tal que possa produzir todas as coisas que são necessárias à autossuficiência da vida. Ora, isto pode fazê-lo se for temperada segundo as qualidades primeiras: quente, frio, úmido, seco; o que lhe convém pela conveniente relação com a figura celeste e a disposição do lugar.

Em seguida, quando diz mas quanto à multidão, declara quão grande é preciso que ela seja. E porque a região não é buscada, como se disse, senão enquanto é ordenada à vida humana, diz que é preciso que ela seja de tal tamanho segundo a grandeza do todo e segundo a multidão considerada conforme a diversidade da terra cultivável e não cultivável, plantada e de pasto e coisas semelhantes, de modo que os homens possam nela viver segundo o que convém ao homem, ora, isto é segundo a virtude; e por isso é preciso que ela seja tão grande que os habitantes nela possam viver segundo a virtude que é diretiva daquelas coisas de que se sustenta a natureza, que são a temperança e a liberalidade. A temperança, na verdade, enquanto por ela se sustenta a natureza de modo absoluto; a liberalidade em comparação com o outro. É preciso, portanto, que ela seja tão grande que os habitantes possam viver temperadamente, não se inclinando para as delícias, e liberalmente, não retraídos pela avareza. Ora, se este termo da grandeza da cidade foi bem atribuído ou não, consideraremos depois mais diligentemente, quando considerarmos acerca da posse e da abundância dos bens. Pois, quão grande é preciso que ela seja e como ordená-la ao uso, há muitas dúvidas e contrárias, por causa das inclinações naturais para um e outro excesso, destes, na verdade, para as delícias e a intemperança, daqueles, porém, para a parcimônia. Pois costumam frequentemente os homens, nas coisas agíeis, e talvez também nas especuláveis, formar para si opiniões segundo as inclinações: de modo que os que se inclinam para

as delícias julgam que nelas está o sumo bem, e que as riquezas devem ser buscadas enquanto contribuem para deleitar; e semelhantemente nas outras coisas, como frequentemente. Ora, isto lhes acontece por causa da fraqueza do seu intelecto, que não pode ultrapassar o sentido, nem discernir a verdade por causa da inclinação da natureza.

Em seguida, quando diz mas a espécie, determina acerca da situação da região: e primeiro em si mesma. Em segundo lugar, quando diz, mas a potência da cidade etc., em comparação com o mar e a terra firme. Na primeira parte diz que é fácil considerar segundo a razão qual é preciso que seja a espécie, isto é, a disposição ou situação da região; e é conveniente deixar-se persuadir quanto a isto por aquelas coisas que observam ou dizem os que são experientes acerca do comando do exército. Pois o chefe do exército ocupa-se acerca da disposição da região e é experiente. Deve-se dizer, portanto, segundo aquilo de que fomos persuadidos por eles, que é preciso que ela seja de difícil acesso para os que a atacam e de fácil saída para os habitantes. Pois, se fosse fácil o acesso para os adversários, facilmente seria destruída por eles: semelhantemente, também, se lhes fosse difícil a saída, não poderiam facilmente repelir os adversários. Ora, isto se faz pela conveniente relação dos lugares em relação a montes ou rios, ou lugares escarpados. Ainda é preciso que a multidão de homens na cidade seja bem abarcável com a vista, de modo que qualquer parte, se precisar, possa facilmente ser auxiliada por qualquer outra, ou ajudá-la. Ora, deve-se entender que, assim como o animal é algo uno composto de partes diversas unidas no todo, de modo que a operação de qualquer uma se ordena ao bem de qualquer outra, como a operação do olho ao bem do pé e aquela do pé ao bem do olho, e assim das outras; assim também a cidade é uma comunidade composta de muitos, cujas operações são ordenáveis ao bem de cada um, ao menos enquanto são partes da cidade: assim também, semelhantemente, é preciso que a região seja algo uno composto de muitas partes assim dispostas que qualquer uma seja ordenável ao bem de qualquer outra; e por isso é preciso que ela seja assim disposta segundo a situação, que qualquer parte possa ser auxiliada por qualquer outra quanto à defesa contra os adversários ou quanto às coisas necessárias à vida, ou algo outro deste gênero.

Em seguida, quando diz mas a potência da cidade, determina acerca da situação da cidade em comparação com o mar e a terra firme. E primeiro faz isto. Em segundo lugar, quando diz, mas quanto à náutica, investiga acerca da potência e da turba naval: se convém à cidade ou não. Quanto ao primeiro, primeiro declara como é preciso que a cidade esteja situada em relação à terra firme e ao mar. Em segundo lugar, quando diz, mas quanto à comunicação, levanta uma dúvida. Na primeira parte diz que, se é preciso que a posição da cidade seja segundo o desejo, é preciso que ela seja bem situada em ordem à terra firme e ao mar, de modo que de algum modo comunique com ambos, se for possível. E disto uma razão é a que foi dita antes: porquanto é preciso que a cidade seja bem e facilmente auxiliável contra os que a atacam: ora, isto mais lhe pertencerá se for comum aos dois, a saber, do mar e da terra firme, tendo auxílio de ambos. E a outra é que é preciso que a cidade se sustente dos frutos da própria região ou de outra: o que não pode fazer-se senão sendo transportados até ela; ora, mais facilmente são transportados se for comum ao mar e à terra firme. De novo, a madeira, e se houver alguma outra coisa tal que se encontre na região necessária à cidade, convém que possa facilmente ser transportada até ela: ora, isto se faz se for comum ao mar e à terra firme; e por isso convém que ela seja comum a ambos estes.

Em seguida, quando diz mas quanto à comunicação, levanta uma dúvida acerca da proximidade do mar. E propõe, primeiro, quanto a isto, a dúvida dos antigos. Em segundo lugar, quando diz, pois chegarem alguns etc., prossegue-a. Na primeira parte diz que, acerca da proximidade e comunicação da cidade com o mar, se convém às cidades bem governadas e bem regidas por leis, muitos duvidam, aduzindo muitas razões para uma e outra parte.

Em seguida, quando diz pois chegarem, prossegue-a; e primeiro toca nos danos que dela sucedem. Em segundo lugar, quando diz, portanto, que etc., nas utilidades maiores que se seguem. Em terceiro lugar, quando diz, pois para si etc., ensina a evitar os danos que podem ocorrer da proximidade. Na primeira parte toca em duas coisas pelas quais pareceria que não convém a cidade estar próxima do mar: pois é necessário que se reúnam muitos instituídos ou instruídos em outras leis e exercitados em outros costumes, como vemos agora em todas as cidades e vilas próximas do mar. Ora, os criados em outras leis e exercitados em outros costumes desviam os cidadãos da observância das próprias leis e daquilo a que estão acostumados, por causa da comunicação e do convívio: pois do convívio se formam os costumes: ora, isto é inconveniente à cidade e corruptivo da república; logo, não convém que ela esteja próxima do mar. A segunda é porquanto numa cidade próxima do mar é necessário que se agregue uma multidão nociva à república; pois, por causa da oportunidade do mar, enviando aquilo em que superabundam e recebendo aquilo em que são deficientes, é necessário que se introduza uma multidão de negociantes ou mercadores: ora, tal multidão contraria o bem governar, porque a lei deles faz que as riquezas sejam mais preciosas que a virtude, pelo que contraria a reta república; e por isso não parece convir que a cidade esteja próxima do mar.

Em seguida, quando diz portanto que, argumenta em sentido oposto, tocando nas utilidades provenientes da proximidade. E primeiro as propõe. Em segundo lugar, quando diz, pois para mais facilmente, manifesta-as. Na primeira parte diz que não é pouco manifesto que é muito melhor que a região esteja próxima do mar até certo ponto, tanto por causa da maior abundância das coisas necessárias à vida quanto por causa da maior segurança dela, se os ditos inconvenientes ou danos pudessem ser evitados.

Em seguida, quando diz pois para mais facilmente, manifesta; e primeiro o primeiro, dizendo: se a cidade não deve servir, é preciso que esteja assim disposta que possa facilmente e sem dano suportar os ímpetos dos que a combatem. Ora, para suportar facilmente e com menor dano, contribui que possam ajudar-se contra eles por mar e por terra: pois, se não puderem prejudicar os que assim combatem, contudo poderão mais por um dos dois se comunicarem com ambos: pois da terra firme ajudar-se-ão no mar e do mar na terra firme contra eles. É conveniente, portanto, que ela comunique com o mar.

Em seguida, quando diz mas para si, ensina a evitar os danos que parecem seguir-se da dita comunicação. Ora, aquelas duas coisas que se tocavam pareciam reduzir-se a uma. Pois que alguns criados em outras leis, ou uma multidão de negociantes que chega pelo mar, prejudiquem a cidade, isto é enquanto desviam os cidadãos da ordem civil; e por isso ensina ao mesmo tempo a evitar ambas. E quanto a isto faz duas coisas: pois primeiro investiga até quanto se deve buscar a negociação na cidade. Em segundo lugar, quando diz, mas porque também agora, ensina a evitar os ditos danos. Quanto ao primeiro, deve-se entender que a negociação na cidade é buscada por causa da troca das coisas necessárias para bem viver: ora, tal troca é buscada por causa da

autossuficiência da vida; e por isso a negociação na cidade deve ser buscada por si até o ponto em que contribui para a autossuficiência dela, e não mais, assim como as coisas que são para o fim são buscadas segundo o que convém ao fim: e por isso não deve ser buscada principalmente por causa de outros. Diz, portanto, que convém à cidade que não se basta a si em todas as coisas para bem viver ser negociante para si, isto é, enquanto contribui para a autossuficiência dela; mas não para outros, isto é, não principalmente para a autossuficiência de outras cidades ou regiões. Ora, aqueles que se exibem negociantes para todos, como que fazendo o mercado de todos na própria cidade, fazem isto por causa da aquisição de riquezas, reputando demasiadamente preciosas as riquezas: o que é nocivo à reta república. Portanto, aquela cidade que não deve participar da aquisição de riquezas supérfluas não deve receber uma multidão excessiva de negociantes, mas apenas tanta quanto contribui para a autossuficiência da vida.

Em seguida, quando diz mas porque, ensina a evitar os ditos danos; dizendo que assim se deve fazer numa cidade a ser bem ordenada acerca da comunicação com o mar, como vemos fazer-se e existir nas regiões e cidades bem ordenadas e próximas dele. Ora, assim vemos que em tais regiões e cidades o município da cidade tem certa distância do mar, de modo que os subúrbios e portos em que são recebidos os negociantes estejam dispostos aptamente entre a cidade e o mar, de modo que a própria cidade não seja ocupada pelo mar, nem esteja muito longe dele, mas haja muros e outras fortificações, como torres ou castelos, interpostos entre a cidade e o subúrbio. De modo semelhante se deve fazer numa cidade a ser feita segundo o desejo, se for possível. Pois é manifesto que, se assim se comportar e o mar estiver assim próximo da cidade, como se disse, que, se algum bem puder ocorrer por causa da comunicação com o mar, pertencerá à cidade assim disposta: se, porém, for possível ocorrer algum dano, isto se deve precaver por leis diversas que determinam quais se devem receber no município e quais não se devem, e até que ponto e com quais se devem unir por comércio, e com quais não, e de que modo. Assim, portanto, aparece que estar a cidade unida ao mar de modo algum convém, tanto por causa dos ditos danos que Aristóteles trata, quanto porque seria mais insalubre, e por muitas outras coisas: nem também convém que ela esteja demasiadamente afastada dele; pois dele recebe muitas utilidades, como ele mesmo toca: e assim, de modo intermediário, convém que ela seja situada em relação ao mar, de modo que dali receba facilmente as utilidades que provêm do mar e possa evitar os incômodos.

Em seguida, quando diz mas quanto à náutica, investiga acerca da potência e da turba naval, como a cidade se comporta em relação a elas; e quanto a isto faz duas coisas. Pois primeiro manifesta que a potência naval convém à cidade até certo termo. Em segundo lugar, quando diz, mas quanto à multidão etc., mostra que a turba naval não deve ser parte da cidade, ainda que seja necessária. Quanto ao primeiro, primeiro mostra que a potência naval convém à cidade. Em segundo lugar, quando diz, mas quanto à multidão e à grandeza etc., declara até que termo. Na primeira parte diz que, quanto à potência naval que se ordena à guerra pelo mar, é manifesto que é ótimo que ela exista numa cidade bem ordenada até certo termo de multidão: porquanto convém que a cidade viva não apenas para si mesma, mas também para outros, como os vizinhos, combatendo-os se for justo que lhe sirvam, ou impedindo os assaltos deles se quisessem combater injustamente. Por isso é preciso que sejam temíveis a eles e possam auxiliar-se de múltiplos modos contra eles. Ora, isto será se tiverem potência, assim como pedestre por terra, assim naval por mar. Convém, portanto, à cidade ter potência náutica.

Em seguida, quando diz mas quanto à multidão, declara até que ponto; dizendo que, acerca da multidão e da grandeza da potência naval, até que termo convém à cidade, deve-se considerar olhando para a vida, isto é, para o fim intentado por si na cidade. Pois aquilo que se ordena ao fim intentado deve ser buscado enquanto é útil para ele e não mais. Se, portanto, o fim de alguma cidade for a vida de comando e civil, este é o fim ao qual se ordena o comando do exército, a saber, subjugar outros e governá-los civilmente, então a potência naval deve ser comensurada, de modo que seja tão grande que por ela e pela potência pedestre possam combater os que lhes devem servir, e repelir os que se insurgem contra eles: não maior nem menor, segundo o que é possível.

Em seguida, quando diz mas quanto à multidão, declara que a turba náutica não deve ser parte da cidade. O que primeiro faz. Em segundo lugar, quando diz, mas havendo uma multidão etc., declara que ela lhe é necessária. Na primeira parte diz que a multidão de homens que diz respeito à turba naval não convém que exista nas cidades como parte, nem os próprios náuticos devem ser parte da cidade: pois os que são excessivos nas injúrias e os que querem ser inteiramente livres de qualquer sujeição, e os que, sendo pedestres, são deficientes quanto à virtude, não devem ser parte da cidade; porquanto aqueles que são parte da cidade é preciso que não sejam injuriosos, e que se sujeitem em parte, e sejam ordenáveis à virtude. Ora, a turba náutica que domina a navegação e a detém é deste gênero, porque é injuriosa, e não quer sujeitar-se e é deficiente quanto à virtude, como frequentemente, e na maioria dos casos; logo, não convém que ela seja parte da cidade.

Em seguida, quando diz mas quanto à multidão, declara que a multidão naval é necessária à cidade; dizendo que, como na cidade há uma multidão de escravos e de homens mais humildes, é necessário que nela exista uma multidão de agricultores e cultivadores da terra da região e uma multidão de marinheiros. E isto, na verdade, aparece por indução. Pois assim vemos na maioria das cidades bem ordenadas, e especialmente na cidade dos Heracleotas. Pois, ainda que a cidade deles seja mais reduzida, isto é, menor segundo a multidão do que muitas outras, podem encher muitas trirremes, isto é, naves de três ordens de remos, de homens náuticos ordenados para a guerra.

Em seguida, quando diz mas quanto à região, recapitula o que foi determinado, dizendo que já nas coisas precedentes se disse acerca da região, quão grande e qual é preciso que ela seja; e acerca do porto e da cidade, como se deve comportar em relação ao mar, e acerca da potência náutica, que é necessária à cidade e até que ponto. Ora, antes se disse acerca da multidão civil, quão grande é preciso que ela seja, e até que termo convém à cidade bem ordenada.

Revision #2

Created 11 October 2026 19:16:54 by Admin

Updated 17 October 2026 18:16:13 by Admin